

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

A INSERÇÃO DO POVO PAITER SURUÍ NA ECONOMIA E NA DINÂMICA TERRITORIAL DA  
AMAZÔNIA BRASILEIRA

**Elke Urbanavicius Costanti** (Universidade de Brasília) - [jmn0702@terra.com.br](mailto:jmn0702@terra.com.br)  
*Doutoranda de Economia Ambiental*

**Jorge Madeira Nogueira** (Universidade de Brasília) - [jmn0702@gmail.com](mailto:jmn0702@gmail.com)  
*Professor Titular*

# **A Inserção do Povo Paiter Suruí na Economia e na Dinâmica Territorial da Amazônia Brasileira**

**Elke Urbanavicius Costanti e Jorge Madeira Nogueira**

## **Resumo**

O presente artigo visa analisar as relações econômicas do povo Paiter Suruí com seu entorno regional, bem como apresentar seu modelo de subsistência e perspectivas futuras de inserção na economia de mercado. As experiências desse povo indígena configuram-se como um estudo de caso sobre alternativas econômicas sustentáveis em terras indígenas na Amazônia brasileira.

Sabe-se que as Terras Indígenas cumprem importante papel complementar de conservação das funções ecossistêmicas e de proteção ambiental. Porém, para manutenção no longo prazo são necessárias ações de proteção efetiva dos limites dessas terras e de sua gestão ambiental, com instrumentos que incluam atividades produtivas com vistas à sustentabilidade econômica das terras indígenas.

## **Introdução**

As Terras Indígenas cumprem importante papel complementar de conservação de funções ecossistêmicas e na proteção ambiental. Porém, para manutenção no longo prazo são necessárias ações de proteção efetiva dos limites dessas terras e de sua gestão ambiental, com instrumentos que incluam atividades produtivas com vistas à sustentabilidade econômica das terras indígenas.

O presente trabalho visa analisar como o Povo Indígena Paiter Suruí (“Paiter”, na língua própria desse povo, “Suruí”, como foram chamados inicialmente) logrou assegurar seu território, conservá-lo como área preservada no coração do Estado de Rondônia, e sua inserção na economia na dinâmica do desenvolvimento regional amazônico.

Parte-se da hipótese de que, a partir do movimento endógeno, com atividades identificadas em etnozoneamentos realizados pelos próprios povos, com respeito à sua cultura e ao seu modo de vida, seja possível vislumbrar alternativas de desenvolvimento econômico sustentáveis no longo prazo para esses povos. Esse exemplo é ilustrativo de como um povo assegurou sua sobrevivência, a preservação de seu território e busca alternativas econômicas sustentáveis num contexto de desenvolvimento que privilegiou a ocupação do território para atividades de agricultura e pecuária, em detrimento da preservação da floresta Amazônica.

Nos últimos quarenta anos, na Amazônia Legal brasileira, cerca de 2,5 milhões de km<sup>2</sup> de vegetação se converteram para outros usos, até 2007, sendo que a atividade pecuária ocupa quase 80% dessas áreas, e o desmatamento atingiu cerca de 30% da vegetação nativa, e até 47% da região apresentam alguma atividade humana com alteração antrópica. Atualmente no Brasil vivem 817 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, distribuídos entre 674 Terras Indígenas (e algumas áreas urbanas), 220 povos, sendo cerca de 70 não contatados (povos isolados), e falam cerca de 180 línguas. As terras indígenas ocupam uma extensão total de 1.115.236 km<sup>2</sup>. Assim, 13,1% das terras do país são reservados aos povos indígenas. A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia

Legal. Após o avanço nas últimas duas décadas nas demarcações de terras indígenas, novos desafios se apresentam ao indigenismo no Brasil. O desafio dos povos indígenas é consolidar o controle sobre seu território, dando origem à necessidade das organizações indígenas adquirirem novas competências para gerir as terras indígenas e seus recursos naturais. Na visão do órgão indigenista nacional, é preciso ainda assegurar a cada povo ou comunidade que habite uma terra indígena, um processo próprio de desenvolvimento.

As atividades tradicionais das comunidades indígenas, voltadas para a sua subsistência ou consumo interno, não estão sujeitas a qualquer restrição ou condicionadas por qualquer autorização do Poder Público. Já as atividades de exploração comercial de recursos naturais dependem do cumprimento das exigências e normas legais específicas, inclusive das normas ambientais aplicáveis. O usufruto exclusivo dos índios sobre os recursos naturais de suas terras não impede que os índios realizem parcerias ou sejam assessorados por terceiros na elaboração e desenvolvimento de projetos econômicos em suas terras, desde que não transfiram a posse das mesmas e nem alienem definitivamente o uso ou fruição de suas riquezas naturais.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto 7747/2012) traz uma visão de política indigenista voltada para assegurar os direitos dos índios, para garantir a manutenção dos territórios já regularizados e criar os meios para que possam ser evitadas novas invasões e explorações indevidas de suas terras. No estudo de caso que embasa o presente artigo, nota-se que quase todo o entorno da TI dos Paiter Suruí foi desmatado por fazendeiros, pequenos colonos e madeireiros, que vieram para o Estado de Rondônia, na década de 70. Como resultado dessa migração, esse povo tem vivido uma série de problemas, como invasões de madeireiros.

Nos últimos anos, no entanto, o reflorestamento vem sendo experimentado pelo povo Paiter Suruí, como alternativa para reverter esse processo de degradação que avança sobre seu território. O povo Paiter Suruí tem demonstrado facilidade de usar tecnologia moderna para preservar a cultura e assim espera desenvolver formas de planejamento de longo prazo. Com atividades econômicas geradas a partir de seus próprios projetos e colocando em prática os conceitos de etnodesenvolvimento, pode-se vislumbrar oportunidades de desenvolvimento a longo prazo, com priorização de recursos locais e naturais, aproveitando suas potencialidades ambientais e culturais. Essa é a visão presente em seu “Plano de Gestão Etnoambiental”, ou “Plano de 50 Anos Paiter Suruí”, e nos outros projetos em curso, como o de reflorestamento, e o Projeto Florestal Carbono Suruí, que se constituem em um modelo que pode ser chamado de “modelo endógeno de etnodesenvolvimento”, a ser analisado à luz das ferramentas de economia ambiental.